A DEPURAÇÃO DO BRASIL EM 2018

Gilmar Mendes Lourenço

O conteúdo das manifestações do governo e mercados, no princípio de 2018, engrossadas por frações expressivas dos meios de comunicação e formadores de opinião, apoiou-se no diagnóstico de recuperação da estabilidade econômica e ocorrência de aragem do terreno político, no ano de 2017, ingredientes imprescindíveis à viabilização da aprovação da reforma da previdência e produção de um clima propício ao ciclo eleitoral, amparado em provável enfraquecimento das alternativas radicais e no florescimento de soluções de centro.

Não é necessário ser um analista rigoroso para perceber que tal argumentação veio revestida de doses cavalares de otimismo, absolutamente dissociada do roteiro e das cenas do filme oferecido pelas autoridades, à sociedade brasileira, desde o impedimento da ex-presidente Dilma, em maio de 2016, cujos contornos foram melhores definidos especialmente em 2017.

Os agentes econômicos mais afoitos e/ou sedentos pelo retorno dos tempos de maior dinamismo dos negócios tentaram, numa espécie de exercício de autoengano, convencer-se de que a economia teria se descolado da política. Isso porque, delineou-se, mesmo que de maneira moderada, desde o segundo trimestre de 2017, um quadro de reativação dos níveis de atividade em paralelo à deterioração do funcionamento, isolado ou concatenado, das instituições executivas, legislativas e judiciárias.

Aqueles arautos da esperança ignoraram que o resgate de alguns fundamentos do equilíbrio macroeconômico, particularmente o declínio da inflação, dos juros e do desemprego, ao ensejar a formação de um ambiente de recuperação da confiança privada (empresários e consumidores) tornaram os horizontes políticos menos turvos, conferindo-lhes fôlego adicional para a concretização de ajustes essenciais e, por incrível que pareça, a realização de mais estripulias.

Diga-se de passagem, a combinação virtuosa entre desinflação, recuo dos juros e reação do mercado de trabalho derivou de medidas acertadas tomadas por Joaquim Levy, ministro da fazenda no primeiro ano do segundo mandato de Rousseff, a contragosto da aliança hegemônica de poder, centradas na feitura do “serviço sujo” destinado à correção do intervencionismo populista praticado na área de preços administrados e câmbio, na primeira gestão da presidente.

Isso é tão verdadeiro que a equipe econômica de Temer, principalmente o BC, demorou quase meio ano, a partir de maio de 2016, para render-se às evidências antiinflacionárias, sintetizadas na profunda recessão, elevação da oferta agrícola e subida da economia global, para desencadear uma pronunciada marcha de redução da taxa Selic, que encolheu de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 6,75% a.a., em janeiro de 2018.

Na verdade, com o objetivo de evitar a multiplicação dos embaraços ou obstáculos ao gerenciamento da travessia – a desejada ponte para o futuro, levantada em outubro de 2015, em convenção do PMDB, teria se transformado em pinguela eleitoral, de acordo com frase proferida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso -, encampado pelo atual governo, buscou-se esconder, da esmagadora maioria dos atingidos pelas decisões emanadas dos poderes centrais, a escandalosa articulação promíscua, celebrada nos “andares de cima” da república desde o impeachment de Dilma.

É claro que a ex-mandatária foi afastada em consequência do rigoroso cumprimento de um conjunto de requisitos, característico de crime de responsabilidade, particularmente a cobertura de rombos dos programas sociais por agências financeiras públicas e a assinatura de decretos de suplementação

orçamentária sem a aprovação do congresso.

No entanto, em vez de estar atrelada às pressões exercidas pelos movimentos de rua, a queda de Dilma pode ser imputada à visível ausência de traquejo para lidar com as reinas do legislativo, então dominado por Eduardo Cunha, e à escolha de não leiloar a permanência no comando da nação, por meio de acertos voltados à derrubada do processo de impedimento.

Em vez de estar atrelada às pressões exercidas pelos movimentos de rua, a queda de Dilma pode ser imputada à visível ausência de traquejo para lidar com as reinas do legislativo.

Em linha antagônica, por representar o papel de integrante orgânico da classe política, Temer construiu pilares legislativos que facilitaram a aprovação da proposta de emenda constitucional que limita, por vinte anos, a expansão dos gastos públicos à inflação pretérita, da lei das terceirizações e da reforma trabalhista.

Porém, a maior demonstração de força da relação entre presidente e congresso, regada a sobressaltos no déficit público, foi a não autorização, por duas vezes, estipulada pelas duas casas de leis, para investigação deste pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por crime de corrupção passiva, mesmo com a descoberta de emissão de frases do tipo “tem que manter isso”, a respeito da mesada transferida pelo empresário Joesley Batista a Eduardo Cunha, na prisão, e as imagens da mala de dinheiro carregada por Rocha Loures, assessor especial de Temer.

A blindagem ao presidente foi magnificada com a “exemplar” atuação do judiciário, começando com a rejeição pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da cassação da chapa Dilma/Temer, solicitada pelo PSDB, alegando abuso de poder econômico no transcorrer da campanha eleitoral de 2014, passando pela ratificação da incumbência exclusiva do Senado acerca da cassação do mandato de Aécio Neves e chegando ao festival de libertações de presos por distintas espécies de infrações de corrupção, apuradas no âmbito da operação Lava Jato.

O mais gritante foi a postura não colegiada da Suprema Corte, prevalecendo o “quem pode mais chora menos”, ou a imposição de convicções isoladas, em detrimento da discussão de posições divergentes, por meio do salutar confronto de opiniões e da capacidade de convencimento. Como complicador adicional tem-se a transmissão, ao tecido social, da impressão de arranjo submisso, embora eloquente, do judiciário ao executivo, e o que é pior, da predominância de relações incestuosas entre as instâncias que deveriam priorizar a operação equilibrada das instituições.

Há os que avaliam que o imbróglio atual representa simplesmente “dores de crescimento” de uma democracia ainda jovem ou um aprendizado que oportunizaria o aperfeiçoamento dos debates a respeito do futuro do País. Outros creem tratar-se do alargamento dos vazamentos dos esgotos políticos que carece, além de reparos, de uma autêntica depuração pelo voto em 2018.

A esse respeito, ao sinalizar que a democracia estaria em crise no planeta, a edição do Índice de Democracia, estimado pela Economist Intelligence Unit (EIU), braço de pesquisa da revista britânica The Economist, para o exercício de 2017, apurou que menos de 5,0% da humanidade vive em regime democrático pleno e 1/3 da população estaria sob o comando autoritário, com ênfase para os chineses.

O trabalho examinou 60 indicadores, agrupados em cinco classes: ciclo eleitoral e pluralismo, gestão governamental, participação política, cultura democrática e liberdades civis. Em uma escala de zero a dez pontos, o score geral recuou de 5,52 para 5,48 entre 2016 e 2017. A Noruega ocupa, desde 2010, a primeira posição, num ranking de 167 países e a Europa Ocidental (com 8,38 pontos) abrange 14 das 19 “democracias completas” que formam uma espécie de primeira divisão.

Frise-se que a média europeia foi afetada negativamente pelo esforço do governo espanhol em tentar bloquear o referendo de autonomia da Catalunha e pela ausência de resolução do caso de assassinato de uma blogueira anticorrupção em Malta. Mesmo com o repúdio a um candidato de extrema-direita, ocorrido no pleito eleitoral de 2017, a França vem sendo avaliada como “democracia falha”. Não surpreende ainda a queda de pontuação experimentada pela Venezuela, de 5,42, em 2006, para 3,87, em 2017, já diagnosticada regime autoritário.

Os dados também permitem identificar rota cadente para o Brasil em toda a trajetória de realização do estudo. Com 6,86 pontos, em 2017, contra 7,38 pontos, em 2014, a nação, considerada “democracia falha”, situou-se no 49º lugar, atrás da Argentina (48º) e Chile (26º).

Alguns avaliam que o imbróglio atual representa simplesmente “dores de crescimento” de uma democracia ainda jovem ou um aprendizado que oportunizaria o aperfeiçoamento dos debates a respeito do futuro do País.

O enfraquecimento democrático nacional, aferido pelo EIU, coincide com a pauperização econômica, política e institucional, deflagrada nos tempos do lulismo e expandida no primeiro mandato de Dilma Rousseff, com a concessão de benesses fiscais e financeiras a um reduzido número de grandes empresas, escolhidas por critérios justificados de maneira bizarra, na perspectiva de surgimento de campeões brasileiros de competitividade em escala global, que provocou apreciáveis prejuízos ao tesouro.

Não bastassem essas relações incestuosas carimbadas, entre estado e iniciativa privada, houve também os desmandos administrativos, com a aparelhagem partidária e pilhagem da máquina e das companhias públicas, além da multiplicação de esquemas de corrupção e conluíus, formados por criminosos hospedados nos palácios do executivo e legislativo e meio empresarial, que, uma vez descobertos e investigados, resultaram em acordos de delação premiada, condenações e prisões.

Os frutos do processo depurativo em curso ainda sofrem grande influência do vaivém dos trâmites legais e enfrentam barreiras nada desprezíveis no âmbito das três esferas de poder.

Apesar de relevantes, os frutos do processo depurativo em curso ainda sofrem grande influência do vaivém dos trâmites legais e enfrentam barreiras nada desprezíveis, expressas em iniciativas, isoladas ou articuladas, no âmbito das três esferas de poder, no afã de promover autêntica blindagem ao mandato da atual corte que governa o País e/ou reverter decisões que interferem na preservação do equilíbrio da aliança hegemônica de poder.

Tanto que, estudo da Transparência Internacional apontou a subida do Brasil do 79º para o 96º lugar, entre 2016 e 2017, no ranking mundial do índice de percepção da corrupção (IPC) no setor público, preparado com base na opinião de especialistas e executivos de corporações, a respeito de 180 países, considerando aspectos como propina, desvios de haveres, burocracia, nepotismo e habilidade e esforço dos governantes no enfrentamento da corrupção.

Trata-se de uma variável de difusão, que varia entre zero (denotando corrupção plena) e cem (sinalizando integridade das instâncias públicas). A pesquisa verificou que mais de dois terços dos países acompanhados exibiram score inferior a 50, em 2017, evidenciando severas falhas no combate à corrupção.

Ao obter nota 37, o Brasil expressou o pior resultado desde 2014, quando ocupava o 69º posto, situando-se atrás de Arábia Saudita, Burkina Faso, Sri Lanka, Ruanda e Timor-Leste, e empatado com Colômbia, Indonésia, Panamá, Peru, Tailândia e Zâmbia. O certame vem sendo liderado por Nova Zelândia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, tidas como nações menos corruptas. Frise-se que a investigação não abarca os efeitos da desistência da administração federal na aprovação das modificações no arcabouço previdenciário, ainda em 2018, depois do dispêndio de fortunas em propaganda institucional.

Por tudo isso, a preponderância de alternativas supostamente extremistas, nas sondagens de intenções de voto para presidente da república, nas eleições do corrente ano, embora rechaçadas por ampla maioria da sociedade, serve para acrescentar combustível ao incêndio que, só poderá ser debelado por meio de radicalização da democracia, amparada nos pilares fincados no estado de direito.